

## NOTÍCIAS DE ENCONTROS

### A CIDADE E O URBANO: DISCUTINDO O CONCEITO DE “CENTRALIDADES LÚDICAS”<sup>1</sup>

**Angelo Serpa**

Universidade Federal da Bahia, pesquisador do CNPq  
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus Universitário de Ondina,  
Salvador, Bahia, CEP: 40.170-290  
angserpa@ufba.br

Recebido 18 de março de 2007, revisado 10 de maio, aceito 25 de julho

Falar sobre a cidade e o urbano instiga a pensar sobre uma temática com tradição de pesquisa na Geografia, a partir de variadas abordagens, seja sob o viés dos modelos e das teorias de localização da Geografia quantitativa, de cunho positivista, seja sob a ótica da Geografia Marxista, das desigualdades sócio-espaciais como reflexo e condição da reprodução do sistema capitalista: a questão da formação de centralidades, nos mais variados recortes e escalas.

Para Lefebvre (1983), a centralidade constitui o essencial do fenômeno urbano. Aqui, a centralidade é considerada a partir do movimento dialético que a constitui e a destrói, que, ao mesmo tempo, a cria e a extingue. A centralidade sempre requer um conteúdo, e este conteúdo, para Lefebvre, é “vulgar”. A cidade não cria nada, mas centraliza as criações. E, contraditoriamente, cria tudo! Nada pode existir sem intercâmbio, sem aproximação, sem proximidade, sem relações.

Sob a ótica da produção espacial do comércio e dos serviços, surge, no espaço urbano-regional, uma hierarquia de centros e sub-centros, algo banalizado

<sup>1</sup>O texto que se segue subsidiou intervenção na Mesa-Redonda “A Cidade e o Urbano”, no âmbito do Workshop “Desigualdades sócioespaciais: Uma visão geográfica”, realizado pelo Grupo de Estudos Urbanos (GEU) e o Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), nos dias 6 e 7 de dezembro de 2006 no campus da UnB.

pela aplicação da Teoria das Localidades Centrais em diferentes contextos espaciais, inclusive (e com muita ênfase) no Brasil. Essa visão hierárquica de centros e sub-centros no contexto urbano-regional é, no entanto, limitada, já que a aplicação da Teoria das Localidades Centrais – assim como outros modelos/teorias de localização, a exemplo da Teoria de Centro-Periferia e a dos Pólos de Crescimento –, no contexto dos países subdesenvolvidos, é problemática e amplamente criticada por estudiosos da temática no Brasil, como Corrêa (1997) e Santos (2004 [1979]).

Corrêa (1997) propõe repensar a Teoria das Localidades Centrais a partir de cinco proposições, com o objetivo de tentar “superar dialeticamente a teoria”, em outras palavras, “a partir de sua negação tentar recuperá-la, porém em um nível mais elevado” (p. 16). A primeira proposição nos interessa particularmente, a da existência de uma matriz pré-capitalista com centros de mercado que se constituem/ constituíram em embriões das localidades centrais que vão compor no futuro-presente capitalista, oligopólico e monopolista, a rede hierarquizada de centros, de que fala Christaller, “uma forma de organização do espaço vinculada ao capitalismo” (p. 19-20) e, portanto, de natureza histórica. Isso se liga à segunda proposição de Corrêa, a de que “o arranjo estrutural e espacial da rede de localidades centrais é influenciado não apenas pelo modo como o capitalismo penetrou nas diferentes áreas do mundo, mas também é marcado pela herança do passado” (p. 28).

De fato, as observações de Corrêa (1997) referem-se à operacionalização da Teoria das Localidades Centrais para a hierarquização de cidades que compõem a rede urbana em recortes regionais e nacionais, mas, também para o

espaço intra-urbano, as centralidades de comércio e serviços tendem a ser hierarquizadas – igualmente em consonância com a Teoria de Centro-Periferia, esta também banalizada em recortes que vão desde a escala mundial às escalas metropolitana e intra-urbana – a partir da aplicação das medidas de alcance espacial máximo e de alcance espacial mínimo, conformando do mesmo modo uma visão hierarquizada de centros e sub-centros no interior das cidades.

A forma urbana tem “caráter cumulativo”, a partir de conteúdos diversos, como o meio natural, os parques industriais, as técnicas e as riquezas, as obras da cultura, os modos de vida, as situações, modulações e rupturas do cotidiano. Mas isso é mais amplo e distinto que a simples acumulação. Para Lefebvre (1983), os conteúdos (objetos, indivíduos, situações) se excluem na diversidade, mas também se misturam e se superpõem como congregados, como “centralidades” de conteúdos diversos. Assim, o urbano, os centros urbanos são a um só tempo forma e receptáculo, vazio e plenitude, super-objeto e não-objeto, supra-consciência e totalidade das consciências (p. 125).

Estas últimas assertivas conduzem à reflexão central aqui pretendida: a possibilidade da existência de “centralidades lúdicas” no contexto da cidade contemporânea, centralidades baseadas nas formas de reprodução da vida urbana, no valor de uso e na apropriação, de qualidades e conteúdos diversos que as localidades centrais, hierarquizadas em rede para a produção e reprodução do sistema capitalista, estritamente baseadas no valor de troca e nas estratégias hegemônicas de dominação. Para Lefebvre (1991),

*“O espaço lúdico coexistiu e coexiste ainda com espaços de trocas e de circulação, com o espaço político, com o espaço*

*cultural. Os projetos que perdem esses espaços qualitativos e diferentes no seio de um “espaço social” quantificado, regulado apenas por contagens e pela contabilidade, esses projetos se baseiam numa esquizofrenia que se cobre com os véus do rigor, da cientificidade, da racionalidade” (p. 133).*

O “espaço lúdico” ao qual se refere Lefebvre “resiste” portanto nos lugares intersticiais, residuais e opacos da cidade contemporânea, em especial nas periferias sociais e geográficas da metrópole capitalista. Isso remete a outra proposição de Corrêa (e também à Teoria dos Dois Circuitos da Economia de Milton Santos), a de que “a rede de localidades centrais aparece também como uma estrutura territorial por meio da qual o processo de reprodução das classes sociais se verifica” (Corrêa, 1997, p. 21). Deste modo, as centralidades vão funcionar de modo diferenciado para as diferentes classes sociais, já que estas consomem de maneira diversa os bens e serviços oferecidos pelos diferentes centros e sub-centros, seja na escala regional, seja na escala intra-urbana.

Para Milton Santos, a teoria das localidades centrais não se aplica, como originalmente formulada, aos países subdesenvolvidos. A influência territorial de cada centralidade divide-se entre os dois circuitos da economia: ao contrário do circuito superior, a área de influência do circuito inferior tende a aumentar do centro para a periferia. Assim, “nas grandes cidades, o alcance do circuito inferior tende a se confundir com os limites da aglomeração, enquanto as cidades locais exercem o essencial de sua influência territorial por intermédio do circuito inferior” (Santos, 2004 [1979], p. 353-354).

O mundo que resta ao consumo dos pobres, o circuito inferior da economia,

é um mundo bem original, cuja organização pode passar despercebida para muitos que vêm seu funcionamento como algo oposto à lógica. Santos lança mão da fórmula de Lavoisier – “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma” – para definir e descrever este circuito econômico não-moderno, que engloba a pequena produção manufatureira, o pequeno comércio e uma multiplicidade de serviços de toda espécie. O fazer desse mundo exprime a lógica do reaproveitamento e da reutilização, a lógica das pequenas quantidades e das técnicas artesanais, dos equipamentos precários e da falta de dinheiro.

O conceito de centralidade, além de estar associado à aglomeração das atividades terciárias, incorpora também os fatores que favorecem sua formação/consolidação. Portanto, quando se fala em centralidade, fala-se também em áreas de fácil acesso e circulação. Destaca-se, entretanto, que uma área pode apresentar uma centralidade significativa, sem, necessariamente, apresentar uma forte concentração de atividades terciárias. Nas periferias metropolitanas, as centralidades ocorrem muito mais em função do mercado consumidor, que dos custos locacionais. Das chamadas *externalidades*<sup>2</sup>, apenas as questões de acessibilidade e da escala de oferta de produtos são significativas. Mas não são apenas estes fatores que podem influenciar a formação de centralidades na periferia. Também o papel histórico que um determinado espaço desempenha ou desempenhou pode, de certa forma, influenciar no processo de formação de uma centralidade. Assim, por exemplo, o valor histórico de uma praça ou o

<sup>2</sup> Efeitos econômicos sobre as empresas e atividades decorrentes da ação de elementos externos a elas. A localização junto a um nó de tráfego confere maior acessibilidade. A co-presença de outras empresas em um mesmo local cria uma escala que uma única empresa não teria (Corrêa, 1989).

estabelecimento de uma área de lazer pode também ser um fator de influência neste processo (Santos; Serpa, 2000).

Porém, não são só as questões de acessibilidade, circulação e renda que influenciam o poder de atração de uma centralidade nas periferias urbanas. Outros fatores podem influenciar este fenômeno. Dentre os mais importantes coloca-se a proximidade, o fato de ser uma área de ligação, a oferta de emprego de um núcleo e o preço dos produtos e serviços. O fator proximidade é o que prevalece nos centros menos especializados, pois a diferenciação do valor dos produtos não é tão significativa e a quantidade adquirida pelo consumidor é muito pequena, compensando o preço. Nas áreas de maior especialização, este fator também é muito importante, porém não é determinante (Santos; Serpa, 2000).

Quanto às vias de ligação ou de passagem, percebe-se que nas centralidades de bairro não se constituem em um fator preponderante. Apenas influenciam algumas centralidades que estão localizadas próximas aos terminais de transporte coletivo ou pontos de ônibus importantes. Aqueles núcleos que apresentam maior especialização e funcionam como eixos de ligação exercem alguma atração, mesmo que nem todos os passantes consumam ali. Também a oferta de emprego no núcleo influencia o seu poder de atração sobre os consumidores. Muitas pessoas utilizam-se dos produtos e serviços oferecidos numa determinada centralidade apenas por trabalhar no local. Vale salientar que este fator só vai influenciar os núcleos com uma capacidade de absorção de mão-de-obra relativamente maior. Núcleos de bairro, por seu baixo grau de especialização, oferecem pouquíssimas oportunidades de emprego (Santos; Serpa, 2000).

A possibilidade de existência/ consolidação de “centralidades lúdicas” nas periferias metropolitanas depende necessariamente da constituição de um sistema de espaços livres de edificação/ urbanização, que, de uma maneira geral e esquemática, apresenta as seguintes características nas áreas de periferia social e geográfica no contexto metropolitano:

Formação e consolidação de centralidades intrabairro, que determinam uma hierarquia dos espaços livres existentes;

Maior diversificação do comércio e dos serviços nas áreas consolidadas como centralidades, onde há também uma apropriação mais intensa e diversificada dos espaços livres de uso coletivo;

Urbanização espontânea crescente dos espaços livres de uso coletivo, que tendem a desaparecer nas áreas mais segregadas (menos centrais), especialmente locais não consolidados como de uso público;

Carência de espaços livres e de lazer, com a concentração dos usuários nas poucas áreas consolidadas como praças e largos nos centros de bairro (Serpa, 2002).

Esse sistema de espaços livres de edificação/ urbanização nas periferias metropolitanas tem funcionamento similar e integrado à lógica do circuito inferior da economia nas áreas de urbanização popular das cidades<sup>3</sup>. É a lógica da invisibilidade e do não reconhecimento pelos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano, que vai determinar, em última instância, a possibilidade de surgimento de centralidades lúdicas, nos termos colocados nesta reflexão. Para Santos (2004 [1979]), o risco de alienação é menor dentro do circuito inferior da

economia. E a verdadeira liberdade dos mais pobres na cidade grande consiste precisamente nisso:

*“Eles sabem que de nada adianta imaginar que um dia alcançarão os tesouros que abarrotam as casas dos ricos e da classe média. O que eles aspiram sobretudo é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna. E é diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social” (Santos, 1992, p. 65).*

Nas grandes cidades, na condição de estarem imunizadas contra a banalização do consumo sonhado e da alienação que “empaturra” mas nunca satisfaz, “as populações desenraizadas terminam por reconstruir uma nova cultura popular, que é ao mesmo tempo filosofia e, por isso, um caminho para a libertação” (Santos, 1992, p. 66). A libertação do consumo e da alienação a ele inerente conduz à vontade de enfrentar o futuro, a partir de um novo entendimento da

<sup>3</sup> Os sistemas de espaços livres de edificação/ urbanização nas áreas de urbanização popular funcionam como o circuito inferior da economia, com alcance espacial máximo muito reduzido e alcance espacial máximo muito elevado, enquanto que para os espaços livres das áreas centrais e “nobres” das cidades, de modo similar ao circuito superior, o alcance espacial máximo é elevado para as classes de renda mais alta que acessam essas áreas com automóvel particular, enquanto o alcance espacial mínimo é bem menor que nas áreas de urbanização popular, já que os usuários podem, em tese, se deslocar mais para se divertir e pagar por diversões como cinema, teatro, etc. e os moradores das áreas de urbanização popular têm dificuldades quanto ao transporte e à distância para acessá-los. Isso demonstra também que as classes sociais não utilizam os espaços livres da mesma maneira, como Milton Santos demonstrou para o comércio e os serviços com a Teoria dos Dois Circuitos.

realidade que muda, mudando o observador. Sem os recursos necessários para adquirir aquelas coisas que asseguram a reprodução da cultura de massas, os carentes, sobretudo os mais pobres, escapam à sua lógica uniformizante, enquanto as classes médias “amolecidas”, “empaturradas” e nunca satisfeitas assim justificam “sua pobre existência” (Santos, *op. cit.*).

Nos bairros de classe média das cidades contemporâneas, a palavra de ordem é de investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de paisagismo, arquitetura e urbanismo. De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o “mundo urbano exterior” e se inscrevem num contexto geral de “visibilidade completa” e espetacular. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local – verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário –, os novos parques tornam-se também importante instrumento de valorização fundiária na cidade contemporânea (Serpa, 2003).

Porém, esses espaços não podem ser considerados em sentido pleno e irrestrito como públicos. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico dos “novos” parques. Muitos desses lugares

permanecem “invisíveis” para a maioria da população, que não dispõe de “capital escolar” para se apropriar das linguagens projetuais e do repertório utilizados no desenho urbano contemporâneo. Pode-se mesmo afirmar que as clivagens sociais ganham aqui *status* de “segregação social” ou mesmo de exclusão. Tudo isso contribui para a “invisibilidade” desses equipamentos – em contradição com seu “princípio projetual de base”, a visibilidade completa e espetacular –, tornando-os exclusivos para o uso de “iniciados”. Existe, portanto, uma distância mais social que física, separando os novos parques urbanos daqueles com baixo capital escolar (Serpa, 2004).

Esses espaços surgem a partir da lógica do “consumo cultural” que parece se constituir no novo paradigma para o desenvolvimento urbano na contemporaneidade. As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da “festamercadoria”. Esta nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo. A lógica do “consumo cultural” atualiza o já bem conhecido “duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar” (Lefebvre, 1991, p. 130).

A não incorporação à lógica do “mundo da mercadoria” faz dos sistemas de espaços livres de uso coletivo das periferias metropolitanas o espaço potencial para o surgimento de novas centralidades, de lugares adequados à festa renovada, essencialmente ligada à invenção lúdica:

*“Qual a razão desta argumentação retomada e levada na direção de novas conclusões? Para propor e justificar uma outra centralidade. A sociedade urbana, cuja possibilidade é aqui exposta, não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que elas não as destrua e sim as utilize e se aproprie delas, modificando-as” (Lefebvre, 1991, p. 131)*

Se nos bairros populares da cidade contemporânea falta espaço para intervenções paisagísticas e urbanísticas “de monta”, é necessário afinar o olhar para o sistema de ações que se operacionaliza sobre um sistema de objetos aparentemente inadequado para o lazer e as manifestações culturais e festivas de seus moradores. É necessário abandonar a perspectiva tradicional do planejamento que no fundo desejaria o extermínio de paisagens classificadas *a priori* como “não-cidadãs” ou, sob essa mesma ótica, como paisagens sem “qualidade ambiental”. É necessário se ocupar dos espaços ocultos e residuais, das “lajes” de uma paisagem que “espontaneamente” se verticaliza, dos interstícios das construções, dos “restos” de espaços dos becos e vielas, dos campos “sagrados” de futebol, dos espaços das feiras livres e dos mercados periódicos, onde a população dos bairros populares compartilha seus encontros, seu lazer e sua diversão. E é claro que isso exige um novo sentido para o conceito de centralidade e para as intervenções sobre o espaço da cidade: “esses espaços já complexos podem ser articulados, acentuando-se diferenças e contrastes, impulsionando na direção da qualidade que sobredetermina as quantidades” (Lefebvre, 1991, p. 133).

Para a Geografia e também para o Planejamento resta a reflexão de como

se debruçar sobre as centralidades lúdicas dos espaços urbanos residuais e intersticiais, das “sobras” e “restos” de cidade, não “aproveitados” pelas estratégias dos agentes hegemônicos de produção do espaço. Isso coloca para ambas as áreas do conhecimento uma agenda de pesquisa que busque qualificar os encontros e as trocas na cidade contemporânea, se debruçando sobre a densidade de ocorrência das manifestações culturais nos espaços livres de edificação/urbanização e refletindo sobre a adequação entre formas e conteúdos urbanos. É necessário qualificar nossas análises e nossos levantamentos, dando visibilidade àquilo que está oculto para a produção e o consumo cultural de massa. Trata-se de explicitar as manifestações da cultura popular em nossas cidades e suas formas de organização, resgatando o sentido lúdico e a ludicidade do urbano no período contemporâneo.

Dentro desta perspectiva, como resgatar então o sentido lúdico da festa, como proposto por Lefebvre, em espaços cada vez mais “transversais”? Como reconstruir a “centralidade lúdica” em espaços cada vez mais dominados pela troca e pela circulação?

É o próprio Lefebvre quem propõe a proclamação do jogo lúdico como valor supremo, superando – ao reuni-los – os valores de uso e de troca, já que o centro urbano proporciona, para as pessoas da cidade, os encontros, o possível, o imprevisto e o movimento. Tem de ser um teatro espontâneo ou não é nada! Para o planejamento, a questão central é a construção de uma transversalidade lúdica que respeite as diferenças, mas que não as reitere, reinstalando a segmentação. Vista assim, a cultura de massa poderia adquirir inclusive novos significados, extrapolando a adjetivação de *standardizada*, rudimentar,

conformista e alienante, para ser entendida como uma chance para o resgate do sentido lúdico dos encontros e da festa, no diálogo entre diferentes, entre o popular e o erudito, entre o inesperado e o convencional. Trata-se, também, de responder às questões colocadas pelo filósofo Johan Huizinga (2005 [1938], p. 217) em sua obra “Homo Ludens”:

Em que medida a cultura atual continua se manifestando através de formas lúdicas?

Até que ponto a vida dos homens que participam dessa cultura é dominada pelo espírito lúdico?

Na tentativa de dar respostas aos seus questionamentos, Huizinga constata que “cada vez mais fortemente se nos impõe a triste conclusão de que o elemento lúdico da cultura se encontra em decadência desde o século XVIII, época em que florescia plenamente” (p. 229). Para o autor, o jogo autêntico desapareceu quase que totalmente no período contemporâneo e, “mesmo onde ele parece ainda estar presente, trata-se de um falso jogo, de modo tal que se torna cada vez mais difícil dizer onde acaba o jogo e começa o não-jogo” (p. 229).

Por fim, a questão fundamental, para a Geografia Urbana, é saber até que ponto o “jogo” e o “lúdico” das subculturas emergentes nos bairros populares das periferias sociais e geográficas na cidade contemporânea podem fazer frente ao “não-jogo” e à ausência de ludicidade das subculturas (e do consumo cultural) de massa, originando novas e renovadas centralidades urbanas, baseadas na experiência e no cotidiano dos moradores, em última instância os verdadeiros agentes de transformação desses espaços.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CORRÊA, R. L. (1997) *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HUIZINGA, J. (2005) *Homo Ludens*. 2ª reimpr. da 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1938].
- LEFEBVRE, H. (1991) *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes.
- LEFEBVRE, H. (1983) *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SANTOS, J. L. J.; SERPA, A. (2000) A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador. *GEOUSP*, São Paulo-SP, v. 8, n. 8, p. 45-65.
- SANTOS, M. (2004) *O espaço dividido*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979].
- SANTOS, M. (1992) *O Espaço do Cidadão*. 2ª Edição. São Paulo: NOBEL.
- SERPA, A. (2004) Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo - SP, v. 15, n. 15, p. 21-37.
- SERPA, A. (2003) Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento - Repensando Teorias e Práticas, Belo Horizonte. *Anais...ANPUR/UFMG*, 2003, CD-ROM.
- SERPA, A. (2002) A Paisagem Periférica. In: YASIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, p. 161-179.